

«A Voz do Operário» —Dados quantitativos (*)

MARIA CRISTINA MESQUITA (**)

1. INTRODUÇÃO

O complemento da abordagem feita a uma instituição, será sempre a perspectiva quantitativa sobre os resultados práticos obtidos na sua acção. No caso de «A Voz do Operário», sociedade com uma extensa actividade educativa, os dados estatísticos traduzem não só a importância dada ao ensino, a eficiência da tradução na prática dos princípios gerais teóricos defendidos — além da sua relevância junto dos dados respeitantes ao ensino oficial.

É exactamente numa análise comparativa desses valores com os oficiais, que surgem obstáculos, de ordem prática, que nem sempre conseguimos ultrapassar: carências de documentação completa sobre a Estatística da Educação, tanto ao nível oficial como da própria instituição; a que acresce a má organização da existente; a disparidade encontrada entre os valores dados por entidades oficiais.

Assim, para que a insuficiência dos dados existentes, em «A Voz do Operário» e a

nível oficial, não empobrecesse o teor deste trabalho, optamos recorrer a um tratamento do seu conjunto, colmatando as mútuas imprecisões contidas.

Antes de abordarmos os vários pontos que nos parecem fundamentais para a caracterização de uma escola: número de alunos, horários, professores, ... apresentamos os dados respeitantes ao número de escolas de «A Voz do Operário».

2. AS ESCOLAS DE «A VOZ DO OPERÁRIO»

2.1 — Número de escolas

Neste campo, a preocupação dominante na «Voz» é a de criar e organizar escolas para ambos os sexos, além de cursos nocturnos, conforme as suas disponibilidades financeiras.

Assim, a «Voz» começou por criar escolas privativas em edifícios próprios, mas devido ao aumento do número de sócios, e consequente acréscimo de alunos, contactou escolas particulares, que passariam a ser denominadas de escolas de contracto, as quais receberiam alunos a expensas da Sociedade.

É em 1891 que se organiza a primeira Comissão Escolar, e, em Outubro do mesmo

(*) Este artigo é elaborado a partir de um trabalho académico apresentado no ISPA.

(**) Psicóloga do Centro de Estudos de Profilaxia da Droga.

ano, é inaugurada a primeira escola para o sexo masculino. Em 1893, funda-se a primeira escola para o sexo feminino, no Campo de St.^a Clara. As primeiras escolas de contrato surgem em 1895: a Universal, na Calçada dos Barbadinhos; a Escola Moderna, na Rua do Mirante; e outra, sem nome, na Rua de S. Pedro.

Como o período de tempo abordado ao longo deste trabalho é extenso, apresentaremos no quadro 1, o resumo do número de escolas existentes, de cinco em cinco anos.

QUADRO 1

Número total de escolas, privadas e de contrato, da «Voz» de cinco em cinco anos

Ano	Total
1895	7
1900	72
1905	105
1910	79
1915	68
1920	47
1925	33
1930	28

Fonte: O jornal *A Voz do Operário*.

Como se pode facilmente verificar, o número de centros de educação sob a tutela da «Voz» aumentou bruscamente nos primeiros dez anos, notando-se de seguida uma certa quebra.

Este decréscimo no número de escolas é resultante de uma melhor organização na distribuição dos alunos, por se detectarem situações de desequilíbrio: umas escolas com um aluno, outras com vinte.

Esta situação não agradava aos corpos dirigentes da «Voz», pois obrigava a uma

maior dispersão na fiscalização, e por consequência, uma maior despesa. Além disso, quando havia alguma comemoração ou festa, os alunos que estavam isolados pouco participavam. Assim, procurou-se equilibrar a situação, distribuindo o mais equitativamente possível as crianças.

Nos anos 20, regista-se um decréscimo no número de escolas, visto a população escolar ter diminuído como consequência directa da epidemia de «pneumónica». Este acontecimento foi de tal forma grave que no início dos anos 30, esta situação ainda encontrava eco.

A importância do número de escolas da «Voz» a nível da cidade de Lisboa será apresentada mais à frente.

2.2 — Número de alunos

Seguindo a mesma linha de apresentação do ponto anterior, elaboramos o quadro 2, focando a população escolar.

Da leitura deste quadro várias observações se destacam:

QUADRO 2

População escolar da «Voz» nas escolas privadas e de contrato, de cinco em cinco anos

Ano	Total População escolar
1895	276
1900	2371
1905	3365
1910	3210
1915	3363
1920	2501
1925	2085
1930	2424

Fonte: O jornal *A Voz do Operário*.

— O aumento enorme no número de alunos de 1895 a 1900 — a população subiu a oito vezes mais.

Este facto poderá residir ao descontentamento deste grupo social face ao sistema educativo oficial e às carências deste. De qualquer forma, esse possível descontentamento estará na base do grande impulso verificado no percurso desta Sociedade.

— Nos anos seguintes, 1905, 1910 e 1915, embora em ritmo mais suave, e numa perspectiva de estabilizar, continua a aumentar o total de crianças que frequentam as escolas.

— A diminuição registada nos anos 20, deve-se, na nossa opinião, não só à referida epidemia, mas, por igual, à alteração na idade de admissão a matrícula (de 6 para 7 anos).

— No início dos anos 30, verifica-se um novo incremento da população escolar.

Apresentados tanto o número de escolas como o de alunos, iremos «dar cor» a estes

valores, pela sua comparação com os oficiais a nível da cidade de Lisboa.

2.3 — A importância das escolas e frequência escolar da «Voz» a nível da cidade de Lisboa

É este um dos pontos em que as dificuldades sentidas não foram totalmente ultrapassadas, como aliás se pode verificar na leitura do quadro 3, muitos dados não existem.

Quanto às escolas, quisemos reunir elementos que nos dessem uma visão do seu número, divididas em oficiais e particulares, porém não encontramos, números que satisfizessem, para os diversos anos em estudo. Isto é: se para o ano de 1900, tivemos ao nosso dispor valores divididos segundo aquela nossa pretensão, nos anos seguintes deparamos com dados estatísticos apenas referentes ao ensino oficial. Quanto

QUADRO 3

Incidência do total de alunos e escolas da «Voz» a nível da cidade e distrito de Lisboa

	Ano	«Voz»		Ensino oficial	Ensino particular
N.º de alunos	1900	2371	Cidade	7 240	7 011
			Distrito	17 025	11 764
	1930	2424	Cidade	18 658	
			Distrito	31 526	
N.º de escolas	1900	72	Cidade	75	316
			Distrito	325	395
	1910	79	Cidade	79	
			Cidade	78	
	1915	73	Cidade	78	
			Cidade	94	
1930	28	Cidade	94		
		Distrito	376		

Fontes: O jornal *A Voz do Operário*; *O Ensino Oficial 1910-1915*; *Anuário Estatístico de 1900 e 1930*.

aos alunos, deparamos com semelhante carência de informação.

Os indicativos ao nosso dispor permitem a seguinte visão global:

— Estabilização a nível de alunos da «Voz» nos primeiros trinta anos do século: 1900 — 2371; 1930 — 2424.

— Aumento significativo do número de alunos inscritos no ensino oficial: 1900 — 7240; 1930 — 18 658.

— Diminuição do número de escolas da «Voz».

— Aumento do número de escolas oficiais.

— Grande peso do sector particular do ensino primário, no princípio do século.

Analisando um pouco em pormenor: em relação ao número total de escolas, tanto ao nível oficial como da «Voz», regista-se nos dois valores, um certo equilíbrio, isto, pelo menos, de 1900 até 1915; para 1930, a situação modifica-se substancialmente: 94 escolas oficiais e 28 da «Voz».

Relembrando o que se encontrou para a população escolar da «Voz», nos primeiros trinta anos do século XX, ou seja, a estabilização do valor, esta constatação sobre o número de escolas parece ser contraditória. Mas, o que este facto traduz, na nossa opinião, é a preocupação de distribuir, mais equitativamente, os alunos, indo de encontro a uma situação semelhante registada de 1895 a 1900.

Em relação ao aumento de alunos, no ensino oficial, podemos adiantar que as modificações introduzidas pela República estariam a dar resultados palpáveis. E embora a «Voz» ainda seja muito procurada já não é a única alternativa para os filhos dos sócios.

2.4 — *O regime de horário e calendário escolar*

Neste capítulo, valeram-nos os poucos testemunhos, tanto orais como escritos, que conseguimos apurar.

Assim, quanto aos horários, houve vários modelos: regime duplo, com dois turnos, um das 8 h 30 m às 13 h 30 m e outro, das 13 h às 18 h; tempo normal, o início do dia escolar era às 9 h e ia até às 12 h e depois das 14 h às 16 h; durante algum tempo, as duas primeiras classes saíam às 15 h.

Em qualquer destas modalidades de horário, havia um período destinado ao recreio, um a meio da manhã e outro depois do almoço; este era animado pelas próprias professoras, com rodas, cantigas.

Segundo a lei n.º 1264 de 1922 (in Salgado Sampaio, 1975), o dia escolar seria constituído por seis tempos escolares, incluindo intervalos de 15 m entre eles; cada desses períodos duraria 30 minutos para as duas primeiras classes e 45 m para as restantes. A semana, no total, continha trinta tempos escolares.

Ora, na «Voz», o horário pelo que nos foi possível apurar, dividia-se não tão rigorosamente, mas em períodos mais amplos e com dois intervalos: o da manhã e o da hora do almoço. Embora quando se passasse de uma actividade para outra, pudesse haver uma certa interrupção. As crianças permaneciam na escola, à volta de cinco horas por dia.

Quanto à época de matrículas, variava consoante as escolas eram privativas ou de contrato. Para as primeiras não havia época fixa, e podia-se processar desde que houvesse vaga (o número apontado como limite máximo de alunos por aula é de 45), quanto às de contrato, a matrícula decorria em Março e em Outubro.

O ano lectivo começava a 6 de Outubro e terminava a 31 de Agosto, esta data foi antecipada para 31 de Julho com o decorrer dos anos. O mês de Setembro era considerado de férias para todos os alunos. Relembrando de novo a lei n.º 1264 de 1922, ela dá exactamente estes limites para o ano lectivo.

Quanto aos feriados, aqui encontramos duas situações diferentes: uma de 1908 e outra de 1926.

Na primeira eram feriados: o domingo, dias santificados, as quintas-feiras desde que não houvesse outro feriado na semana, 2.^a e 3.^a feira de Carnaval, 4.^a de Cinzas, semana da Páscoa (de 4.^a a domingo) e o 1.^o de Maio.

Em 1926: feriados nacionais e oficiais, Carnaval, 4.^a de Cinzas, o 1.^o de Maio e o dia a seguir ao da comemoração do aniversário da Sociedade.

Além de tudo isto, a partir deste ano, teve início a criação de um curto período de férias pela Páscoa e pelo Natal: o primeiro iniciava-se no Domingo de Ramos e terminava na 2.^a feira após o Domingo de Páscoa; o segundo começava a 23 de Dezembro, terminando em 2 de Janeiro do ano imediato.

As 5.^a feiras não eram lectivas, mas os alunos tinham que comparecer na escola desde que houvesse excursões ou passeios de estudo.

Segundo o que conseguimos apurar, às 5.^{as} feiras, tentava-se ter sempre uma saída programada e que esta se relacionasse com os assuntos abordados na aula: numa altura em que se falasse dos alimentos nomeadamente, do pão, visitava-se uma padaria, para se observar a sua confecção; noutras ocasiões, proporcionava-se o encontro com outras escolas para troca de trabalhos e convívio.

Estas actividades vão de encontro ao proclamado na lei já anteriormente referida.

2.5 — *Os professores e órgãos pedagógicos das escolas*

Quantos foram ao todo, como este número se dividia por sexo, quais as suas idades?...

São tudo questões para as quais não temos respostas concretas, mas apenas alguns da-

dos dispersos provenientes de uns tantos testemunhos que conseguimos obter.

No que respeita a sua admissão, os professores das escolas privativas teriam que fazer um concurso documental e provas práticas (só em 1926 é que foram estabelecidas). O concurso seria anunciado em um ou dois jornais da capital e no órgão da Sociedade.

As condições do concurso eram:

«Art. 310.^o —

- 1.^o — Apresentação do diploma de habilitação para o magistério primário;
- 2.^o — Apresentação de um trabalho escrito, dactilografado ou impresso, em dois exemplares, pelo menos, em que o candidato demonstre as suas ideias pedagógicas sobre as várias disciplinas do ensino primário e a acção educativa que tal ensino deve exercer nesta Colectividade;
- 3.^o — Reger durante um dia lectivo uma classe de alunos das escolas privativas;
- 4.^o — Não ter o candidato menos de vinte e um nem mais de quarenta anos de idade (...);».

Quanto aos professores das escolas de contrato, estas deveriam existir legalmente e os respectivos professores inscritos oficialmente.

Estava estabelecido o lugar de Chefe de Serviços Escolares, «para superintender, inspeccionar e dar unidade de acção ao ensino dos alunos das escolas privativas e de contrato, haverá um chefe de serviços respectivos, nomeado por concurso público». (Art. 294.^o)

Além deste cargo, havia os directores das escolas privativas que seriam escolhidos pela Comissão Administrativa, entre os respectivos corpos docentes, sendo um dos critérios subjacentes a esta escolha, «o mais idóneo e que melhores serviços tenha pres-

tado ao ensino» (art. 302.º). As suas funções tinham um duplo cariz: o administrativo, em tudo o que dizia respeito ao movimento dos alunos, horários, ...; e o pedagógico, em tudo o que se referisse ao aproveitamento dos alunos e à sua formação integral (art. 304.º).

Estava instituído, também, o Conselho Pedagógico, «funcionará como corpo consultivo e composto por três directores das escolas privativas, dois professores privativos e dois de contrato, sob a presidência do presidente da subcomissão de Instrução, Arte e Cultura» (art. 331.º).

Todos estes elementos foram obtidos em relação a várias épocas embora se referencie os de data mais recente, visto os anteriores lhes terem servido de base.

Quanto ao número de professores não temos dados concretos que nos levem a um valor que corresponda à verdade. Nas escolas de contrato tanto podia haver alunos só numa sala como em mais, embora houvessem escolas pequenas com um professor, isto pelo menos, ao início.

Quanto às privativas houve um tempo que o número máximo de alunos por sala era de 45, mas como não há indicação de quanto tempo durou este regime daqui não se podem tirar conclusões.

Contudo, pensamos que, o número de alunos por aula fosse superior ao determinado pelo Decreto-Lei de 29 de Março de 1911, que o determinava em 40 alunos por professor.

Também não sabemos se em algumas escolas haveria alunos de diferentes idades e nível de classes na mesma sala, o pouco que temos leva-nos a crer que em algumas escolas de contrato esta situação aconteceria. Embora, nas privativas se tentasse manter um professor por cada classe.

Um pormenor cabe aqui salientar, ele diz respeito à qualidade do corpo docente da «Voz»:

«(...) No ensino oficial, que é o que nos deve servir de norma, pois por leis oficiais

nos regemos, o professor que obtenha 30% de aproveitamento tem jus à nota de “Bom” no seu serviço.

É pelo menos o critério assente pelos inspectores. Sendo assim, e convencionando dar “Bom” a quem tenha mais de 30%, “Muito Bom” a mais de 40% e “Ótimo” a quem tiver mais de 50% teríamos para os nossos professores a seguinte classificação:

Com	
“Ótimo”	17
“MBom”	7
“Bom”	10
“Suf.”	2
“Mau”	2
	38 (...)

Excerto de um Relatório da Inspeção Escolar do ano de 1926-1927.

Foi sempre defendido para os professores uma boa remuneração e a possibilidade de manter a sua formação actualizada face às exigências particulares de cada época.

2.6 — *As matérias; as avaliações — taxas de aproveitamento*

No que respeita ao conteúdo das várias disciplinas tudo nos leva a crer que fosse muito equivalente ao do ensino oficial, como aliás era regulamentado (art. 148.º).

Em relação às avaliações elas decorriam nos finais dos anos lectivos, perante um júri constituído pelo professor da classe, e outro nomeado pela Comissão Administrativa quando se tratasse de passagem de classe; quando se referiam à passagem de grau ou final, haveria no júri, também, o fiscal da Sociedade, ou as crianças iriam a escolas oficiais, visto estes exames exigirem um maior rigor.

A posição dos professores face aos exames e às deslocações fora das escolas da «Voz» para a sua realização era de total desacordo. Primeiro, porque defendiam que o exame, como tal, não bastava para avaliar os conhecimentos e o progresso dos alunos, e consideravam-no uma prova de tortura, na qual, muitas vezes, os alunos eram desfavorecidos. Segundo, porque a «Voz», face às outras escolas, tinha «má fama», pela sua população escolar, pelas suas tentativas de ser diferente, existia a nítida noção de que os seus alunos eram prejudicados quando se tinham que deslocar a outros locais de ensino.

Os exames foram feitos de 1911 a 1924, a nível nacional, na 3.^a classe que correspondia ao fim do ensino primário elementar (antigo 1.^o grau) e na 5.^a classe, ensino primário complementar (antigo 2.^o grau). A partir de 1924, fazia-se na 4.^a classe o

exame do ensino primário elementar e na 5.^a o final.

Apresentamos no quadro 4 os totais de propostas a exame, as respectivas aprovações e reprovações, desistências e abandono por doença no período de 1910 a 1918-1919.

Como se pode ver nas colunas das percentagens, as aprovações cifram-se em valores superiores a 80% tanto para o 1.^o grau como para o 2.^o — o que nos dá taxas de aproveitamento escolar muito altas e uma percentagem reduzida para o insucesso escolar.

Fazendo uma pequena comparação com dados oficiais, extraídos do *Ensino Oficial 1910-1915*, o resultado a que se chega é o seguinte:

Em 1910, os alunos aprovados no oficial, na cidade de Lisboa para o 1.^o grau — 1007 alunos; na «Voz» — 333 alunos. Em relação

QUADRO 4

Taxas de aproveitamento nas escolas da «Voz»

Ano	Total de propostas		Total de aprovações				Total Reprovações, Doentes, Desistências	
	1. ^o Grau	2. ^o Grau	1. ^o Grau	%	2. ^o Grau	%	1. ^o Grau	2. ^o Grau
1909-1910	451	267	370	82	248	93	81	19
1910-1911	395	312	333	84	246	79	62	66
1911-1912	409	250	350	86	214	86	59	36
1912-1913	528	296	461	87	256	86	67	40
1913-1914	507	354	422	83	288	81	85	66
1914-1915	470	320	425	90	278	87	45	42
1915-1916	476	326	423	89	269	83	53	57
1916-1917	443	296	392	88	261	88	51	37
1917-1918	453	330	400	88	293	89	53	37
1918-1919	350	279	316	90	254	91	34	25

Fonte: O jornal *A Voz do Operário*.

ao 2.º grau, o total oficial foi de 736, na «Voz» — 246.

No ano de 1915, também, para a cidade de Lisboa, a nível oficial, no 1.º grau — 1626; na «Voz» — 423; no 2.º grau — 1073; na «Voz» — 269.

A nível do insucesso escolar, no ano de 1910, a nível oficial a percentagem é muito baixa — 0,49 % para o 1.º grau; no 2.º grau é de 5 %. Na «Voz», estes valores são maiores, para o 1.º grau — 16 % e para o 2.º grau é de 21 %. Note-se que os valores da «Voz» dizem respeito às reprovações, desistências e abandono por doença, enquanto que o valor oficial diz respeito só às reprovações.

No ano de 1915, para o 1.º grau, o nível de insucesso escolar é de 1,4 %, para o 2.º grau é de 6 %, isto a nível oficial. Para a «Voz», no 1.º grau é de 11 % e no 2.º grau de 17 %. Novamente a mesma observação se relembra.

Acrescentando outros dados exemplificativos da acção educativa desta Sociedade, que tem sido abordada ao longo deste trabalho:

De 1902-1903 a 1919-1920

— Saíram com o exame final da instrução primária 10 302 alunos.

— Saíram sabendo ler e escrever, mas sem o diploma:

Officinas	3 510
Comércio	1 350
Domésticos	3 238
Desaparecidos	2 396
Asilos	99

10 609 alunos

— Perdeu-se o rasto
(ainda analfabetos) 1 244

— Faleceram 122

O que dá um total de 22 277 crianças que usufruíram das escolas da «Voz» mas

que apenas 10 302 saíram com o diploma do exame final da instrução escolar. Uma das possíveis explicações para este facto passa pelas condições económicas das famílias, muito deficitárias: quando os filhos sabiam ler e escrever tiravam-nos da escola, pois precisavam da sua ajuda para aumentar o apertado orçamento familiar.

Apresentamos no quadro 5 alguns valores respeitantes a exames de admissão às respectivas escolas.

Pode verificar-se que em relação ao total de reprovações ele é realmente baixo, embora se possa notar uma ligeira tendência para o aumento do insucesso escolar no ano de 1922-1923, onde esta taxa atinge os 18 %.

Observa-se, igualmente, que a maioria dos alunos se dirige para opções educativas pré-profissionalizantes: escola comercial, industrial e primária superior. Contudo, o número dos que optaram pelo liceu não é muito desproporcionado.

Embora as percentagens destes valores, em relação ao total das aprovações, sejam oscilantes, as diferenças que apresentam não são anómalas.

Porém, para o ano de 1926-1927 a situação altera-se profundamente. Para tanto, dois factores ocorrem: um, o total de aprovações diminuiu em flecha; outro, as opções desequilibram-se por completo, com uma maior afluência ao ensino industrial e comercial, em detrimento do liceal.

A presença destes factores não se justifica com nítida clareza, mas poderá ser atribuída, por um lado, às profundas e confusas alterações produzidas pela Revolução de 28 de Maio no campo educativo, por outro, à preocupação dos corpos dirigentes da «Voz» em alterarem para o ensino pré-profissionalizante o sentido preferencial da orientação educacional dos filhos dos associados. Essa preocupação está bem exemplificada no seguinte excerto do *Relatório da Inspeção Escolar* do ano de 1926-1927:

QUADRO 5

Resultados dos exames de admissão na «Voz»

Anos	Exames de admissão						
	Escola Comercial	Escola Industrial	Escola Preparatória (a)	Escola Primária Superior	Liceu	Total Aprovados	Total Reprovados
1919-1920	25	83	11	2	67	188	
1920-1921	41	79	13	3	39	164	11
1921-1922	37	61	13	14	56	163	18
1922-1923	15	81	26	3	74	184	24
1923-1924	80				89	169	
1924-1925 (b)							
1925-1926 (b)							
1926-1927	75				6	81	

(a) Escolas Preparatórias de esc. industrial e comercial.
Fonte: O jornal *A Voz do Operário*.

(b) Não há dados.

«(...) é que, comparando o ano que terminou com os anteriores, nota-se uma diferença acentuadamente apreciável. Assim, os exames finais, (...), já tomaram, na sua maioria, a directriz que deviam tomar, pois fizeram exame final de 4.ª classe, nas escolas oficiais 98 alunos, e 75 para as escolas industriais e comerciais e apenas 6 fizeram o de admissão ao liceu. Parece que estes números são os naturais para os alunos filhos dos nossos associados.»

Mas o que está subjacente a esta decisão de alterar o rumo da orientação educacional? Será que se entendeu que os filhos dos operários apenas poderiam exercer as

mesmas profissões de seus pais, embora mais especializadas?

Talvez se encontre um princípio de resposta para estas interrogações no próprio texto do excerto acima, poi ali se vislumbra estarem legitimados e reforçados os mecanismos de reprodução social, que constituem a função essencial da educação estatal numa sociedade dividida em classes. De facto, o que nesse discurso se detecta, parece indicar que a «Voz» está muito mais interessada em formar operários dos seus alunos, ainda que especializados, ou, quanto muito, pessoal do sector de serviços, em detrimento de profissões liberais, ou outras que normalmente se situam no topo das

escalas hierárquicas, que os liceus e Universidade legitimam.

As condições socioeconómicas das famílias, e as representações sociais que estas têm do ensino e do mundo laboral, iriam, por outro lado, acentuar as opções educativas profissionais apontadas nesse mesmo texto.

De qualquer forma, parece ser bem claro que os mecanismos que presidem a uma estratégia de reprodução social, que também passam pela escola, estão solidamente introjectados no discurso dominante (?) como se pode constatar do excerto do *Relatório da Inspeção Escolar*, que aliás foi reproduzido.

Pelo menos a este nível, é de pôr em

dúvida o facto de a «Voz» se apresentar como uma alternativa global face às estruturas do ensino oficial em Portugal. Parece sim, que a «Voz», na sua acção educativa, teria essencialmente um papel compensador para as carências sentidas ao nível oficial.

2.7 — *As verbas dispendidas com a instrução*

Pensamos que este trabalho não ficaria completo se não abordássemos o aspecto financeiro que serviu de base a toda a acção educativa da Sociedade.

Assim, vamos apresentar no quadro 6 os valores, de cinco em cinco anos, da receita e despesa, geral e escolar.

QUADRO 6

Valores de Receita e Despesa — escolar e total, de cinco em cinco anos na «Voz»

Ano	Receita		Despesa	
	Escolar	Total	Escolar	Total
1910	2 925\$050	57 471\$235	19 719\$151	52 065\$288
1915	3 055\$000	70 922\$160	24 010\$045	68 321\$338
1920	3 186\$90	178 876\$03	50 256\$63	68 321\$34
1925	35 982\$00	1 077 612\$14	325 285\$07	1 003 278\$52
1930	87 350\$00	1 569 035\$00	572 016\$00	1 558 166\$10

Fonte: O jornal *A Voz do Operário*.

Da leitura dos dados apresentados, verifica-se em relação à despesa total, a utilizada na Educação é de: 1985 — 19%; 1900 — 38%; 1905 — 42%; 1910 — 38%; 1915 — 35%; 1920 — 32%; 1925 — 32%; 1930 — 37%. Para justificar o decréscimo da parte dos valores utilizados na Educação nos anos de 1920 e 1925 há a assinalar as

despesas com as obras para conclusão da Sede Social então em curso.

2.8 — *Conclusão*

Por tudo o que atrás referimos pensamos que a «Voz» com o seu modelo educativo não constituía uma alternativa ao oficial,

mas o seu papel compensador, traduzido nos valores encontrados, não deixa de ser digno de nota.

Bem exemplificativos dessa importância são os seguintes dados: em 1900 tinha quase tantas escolas como as oficiais; em 1910 conseguiu igualar esse valor. E embora em 1930 a situação tivesse sofrido uma alteração, o número dos seus alunos manteve-se estável, o que demonstra a sua aceitação ao longo dos anos.

RESUMO

A autora, através da recolha de uma série de dados quantitativos sobre «A Voz do Operário», visa com este artigo provar que o número de escolas controladas por esta Sociedade Educativa Operária — tendo em conta os dados referidos e que se reportam ao período compreendido pelos primeiros 30 anos do nosso século — só por si justificam um trabalho mais em profundidade para quem queira conhecer as questões educativas operárias deste período.

RÉSUMÉ

L'auteur, à partir d'un ensemble d'informations quantitatives sur «A Voz do Operário», veut montrer, avec cet article, que le nombre d'écoles contrôlées par cette Société Educative Ouvrière — étant donné l'importance des informations considérées dans le texte se rapportant à la période des premières 30 années de ce siècle — justifie un travail plus profond pour tous ceux qui veulent connaître les questions éducatives ouvrières de cette période.

BIBLIOGRAFIA

- SANTOS, Raul E. (1933) — *Três anos na Grande Colmeia*, Imprensa Baroeth, Lisboa.
O Jornal *A Voz do Operário*, n.º 1, de 11-10-1879 ao n.º 2142 de 3-9-1933.
Estatutos e Regulamentos de «A Voz do Operário».
Anuário Estatístico de 1900; 1908; 1909; 1910; 1921; 1925 e 1930.
O Ensino Oficial Primário 1910-1915.
Censo da População, 1900; 1920.

os Todos
Meses



o professor

UMA REVISTA COM 12 ANOS
AO SERVIÇO DO
ENSINO, EDUCAÇÃO E CULTURA

de professor para professor